

Capítulo IV – O movimento ambiental e a ética ambiental como factores de consciencialização face aos problemas do ambiente. Os primeiros ecos da Modernidade Reflexiva.

À medida que somos confrontados com alterações nas condições climáticas do planeta, compreendemos que a maior parte dos riscos que a sociedade contemporânea enfrenta revelam-se sob a forma de eclosão de ameaças ambientais com origem nas actividades da ciência e da tecnologia.

A intensidade predatória com que o ser humano tem delapidado os recursos naturais ao longo dos dois últimos séculos coloca-nos perante um dos momentos mais delicados que alguma vez a história humana atravessou: **a emergência de uma crise ambiental cujos contornos ameaçam o equilíbrio dos ecossistemas planetários, conduzindo à possibilidade de extinção de muitos deles.**

Situando-nos face ao que temos vindo até agora a analisar do pensamento de Ulrich Beck, podemos afirmar sem sobra de dúvida que a crise ambiental pode ser considerada o **expoente máximo** da Sociedade de Risco e que a percepção da gravidade da mesma representa o primeiro passo na transição da Modernidade Clássica para a Modernidade Reflexiva. Um dado novo com que ela nos confronta é precisamente esse: a emergência de um movimento ambiental que critica duramente não só a visão antropocêntrica que o homem possui do seu lugar no mundo, bem como a visão utilitarista da natureza e a exploração intensiva que a sociedade capitalista, apoiada na sua estrutura tecnocientífica, exerce sobre os seus recursos.

Este capítulo, devido aos limites inerentes ao próprio percurso temático que seguimos, pretende apenas salientar a importância que o movimento ambiental, enquanto movimento global¹, e a ética ambiental, enquanto crítica aos fundamentos tecnocientíficos da Modernidade, tiveram como **movimentos de contraresposta** às aspirações da tecnociência. Por isso mesmo, a nossa exposição será breve, procurando destacar apenas os elementos que consideramos mais importantes.

¹ Para esse efeito seguimos a excelente exposição histórica que John McCormick traçou sobre o movimento ambiental em *The Global Environmental Movement*. Apesar de as raízes do movimento ambiental se terem delineado no final do século XIX com as reacções aos primeiros efeitos adversos da revolução industrial e também como movimento de conservacionismo dos recursos naturais, o que entendemos aqui por movimento ambiental – a que Mc Cormick chama de revolução ambiental – tem o seu começo na década de 1960 com Rachel Carson.

§ 1. O movimento ambiental como consciência e sensibilização face à gravidade dos problemas ambientais.

Data do início da década de 1960 o surto de consciencialização de que o desenvolvimento da nossa civilização está a ter implicações graves para a sobrevivência dos habitats naturais e que constitui uma ameaça para os mesmos. É das consequências negativas geradas pelo desenvolvimento e expansão da sociedade industrial, bem como do perigo ambiental que representam os testes nucleares², que se começam a desenhar as raízes do movimento ambiental.

Não sendo um movimento organizado nem homogéneo³ e contendo elementos que apelam a uma **reforma política e social**⁴, o movimento ambiental que começa a emergir terá, no entanto, a força suficiente para chamar à atenção sobre os efeitos nocivos da actividade humana sobre o meio ambiental, encetando uma crítica profunda aos principais fundamentos da Modernidade Clássica, entre eles o seu paradigma tecnocientífico.

O primeiro momento de relevo do movimento ambiental surge de forma tão inesperada quanto surpreendente, precisamente de uma voz descontente na esfera científica americana face à forma como a ciência lidava com os problemas ambientais: a bióloga Rachel Carson. A publicação da sua obra, *Silent Spring*, no verão de 1962, na qual aborda as consequências negativas que o DDT⁵ e outros pesticidas tinham no meio natural e na saúde humana, além de se tornar um *best-seller*, teve o mérito de despertar a consciência da população americana para o impacto da actividade humana sobre o meio ambiente⁶.

A preocupação de Rachel Carson não se resumiu apenas ao uso de pesticidas, centrando-se também, segundo as palavras da própria, nos

«[...] testes com armas nucleares, na contaminação geral do ar, da terra, dos rios e dos mares com produtos perigosos e até letais»⁷.

² John McCormick, *The Global Environmental Movement*, p. 60.

³ Mc Cormick, *op.cit.*, p.57.

⁴ Mc Cormick, *op.cit.*, p.57.

⁵ O pesticida mais utilizado na agricultura para combater os insectos devido aos reduzidos custos envolvidos na sua produção.

⁶ Mc Cormick, *op.cit.*, p.65.

⁷ «The most alarming of all man's assaults upon environment is the contamination of air, earth, rivers, and sea with dangerous and even lethal materials». Rachel Carson, *Silent Spring – Twenty Fifth Anniversary Edition*, p. 6.

Devido ao impacto provocado por *Silent Spring*, Rachel Carson é hoje considerada como uma das vozes mais importantes na eclosão do movimento ambiental.

Outros nomes que se destacaram ao longo dos anos sessenta devido à relevância do seu trabalho para a reflexão sobre a importância dos problemas ambientais são os de Kenneth Boulding, Garrett Hardin, Lynn White e Paul Erlich. Os dois primeiros alertaram para o limite da capacidade de regeneração dos recursos naturais⁸, White fez remontar ao Cristianismo as origens históricas da crise ambiental⁹ e, por último, Erlich analisou, não sem algum tom de alarmismo, as implicações catastróficas que o crescimento da população poderia ter para o esgotamento dos recursos naturais num curto espaço de tempo¹⁰.

Mais importante ainda é o estudo encomendado pelo Clube de Roma¹¹ a alguns especialistas do MIT, Donella Meadows, Dennis Meadows, Jorgen Randers e William Bherens III e que viria a ser publicado com o título de *Limits to Growth*, em 1972.

Algumas das conclusões deste estudo indicavam que a grande causa da crise ambiental era o crescimento exponencial da população mundial¹². Assumindo um discurso que pretendia ser um alerta, o estudo afirmava igualmente que o final do século XX assistiria a cenários de catástrofe provocados pela exaustão dos recursos naturais, pelo aumento dos níveis de poluição e pelo aumento incontrolado da população mundial¹³. O relatório apresentado pelos especialistas do MIT alertava para o que em definitivo está em jogo com a crise ambiental: a necessidade de **alteração dos padrões de desenvolvimento e de consumo da sociedade ocidental**.

O decorrer da década de 1960 e as décadas seguintes assistiram a um aumento crescente e generalizado da importância que os problemas ambientais tinham na sociedade ocidental e na relação entre os países industrializados e os países em vias de desenvolvimento.

⁸ Boulding num artigo intitulado “The Economics of the Spaceship Earth” (1966) e Hardin em “The Tragedy of the Commons” (1968).

⁹ Num artigo escrito em 1967, intitulado “The Historical Roots of our Ecological Crisis”.

¹⁰ Nomeadamente na sua obra mais famosa, *The Population Bomb*, datada de 1968. Os cenários de catástrofe preconizados por Erlich não se vieram felizmente a confirmar.

¹¹ Associação livre de trinta cientistas, economistas, industriais e professores universitários criada em 1970 pelo presidente da Olivetti, Aurélio Peccei, destinada a reflectir sobre os problemas económicos, políticos e sociais do mundo.

¹² McCormick, *op.cit.*, p.93.

¹³ McCormick, *op.cit.*, p.93.

O movimento ambiental, granjeando cada vez mais a atenção da opinião pública ao longo dos anos, consegue tornar o ambiente em objecto de cimeira internacional, na **Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano**, decorrida em Estocolmo, em Junho de 1972. Pela primeira vez, os problemas ambientais assumem uma perspectiva global¹⁴ e são discutidos por um painel intergovernamental reunido para tomar medidas de forma a mitigar os efeitos do impacto humano sobre os recursos naturais.

Da Cimeira de Estocolmo surgirá o **United Nations Environmental Programme**, destinado a coordenar as políticas ambientais a nível internacional. Apesar de muitos dos seus esforços não serem bem sucedidos ao nível da implementação de políticas devido à grande resistência política e económica principalmente dos países desenvolvidos, o grande contributo do movimento ambiental reside no facto de ter trazido para o espaço público o debate sobre as questões relacionadas com o ambiente¹⁵ e por ter chamado à atenção para a importância que elas assumem no contexto da sociedade industrial, insustentável do ponto de vista ambiental.

A reflexão sobre os fundamentos da ciência e da tecnologia e a necessidade de novos princípios que orientem a relação do homem com a natureza encontram um eco fecundo no campo da ética ambiental e representam também um passo em direcção à Modernidade Reflexiva.

§ 2. Ética ambiental: Uma ruptura com o antropocentrismo.

2.1. Aldo Leopold e a *Ética da Terra*: para uma nova relação entre o homem e a natureza.

À ideia de domínio e controle humanos sobre os recursos naturais, que alimentou o paradigma tecnocientífico da Modernidade Clássica, corresponde uma visão antropocêntrica da relação que o homem estabeleceu com a natureza. A natureza é um simples instrumento subordinado aos fins humanos.

¹⁴ Mc Cormick, *op.cit.*, p.107.

¹⁵ Vimos já que Beck considera que este factor contribuiu para a desmistificação da incontestabilidade da racionalidade tecnológica na Modernidade Clássica e é uma das características que marcam a passagem à Modernidade Reflexiva. Cf. Capítulo III.

A ética ambiental, uma área da filosofia relativamente recente, pretende colocar um fim a esta ideia que a Modernidade nos legou e pensar a possibilidade de uma **nova ética** que atribua valor moral ao meio natural e à relação que mantemos com ele.

Curiosamente este apelo não proveio do meio filosófico, mas sim de um engenheiro florestal americano, de seu nome Aldo Leopold. O seu breve ensaio, “*The Land Ethic*”¹⁶, provou ser uma inspiração para a formação da ética ambiental enquanto campo de reflexão por direito próprio no início da década de 1970.

Neste ensaio, Leopold dá-se conta de que

«Não existe ainda uma ética que pense a relação do homem com a terra, com os animais e plantas que nela crescem»¹⁷.

A relação que o homem mantém com o meio natural é estritamente **económica**, feita de privilégios e não de obrigações¹⁸. É não só fundamental como ecologicamente necessária¹⁹ uma alteração na relação entre o homem e o meio natural.

O objectivo da ética da terra proposta por Leopold pretende não só reflectir o impacto humano sobre o meio natural, como também dotá-lo de entidade moral, alargando a esfera da ética, até então única e exclusivamente centrada no ser humano. Ou seja, nas palavras do próprio Leopold, a ética da terra

«[...] alarga simplesmente as fronteiras da comunidade para incluir os solos, as águas, as plantas e os animais, ou colectivamente: a terra»²⁰.

A ampliação da comunidade ética ao meio natural implica também uma **recusa do antropocentrismo** que sempre orientou o homem na sua relação com o meio natural: a ética da terra, segundo Leopold, altera o papel do homem de conquistador da natureza para simples membro integrando a comunidade natural com os outros seres vivos²¹.

¹⁶ Publicado em *A Sand Country Almanac – with Essays on Conservation from Round River*.

¹⁷ «There is as yet no ethic dealing with man’s relation to land and to the animals and plants which grow upon it». Aldo Leopold, *op.cit.*, p.238.

¹⁸ *Op.cit.*, p. 238.

¹⁹ *Op.cit.*, p. 239.

²⁰ *Op.cit.*, p. 239.

²¹ *Op.cit.*, p. 240.

Não apenas detentor de direitos, o homem passa a ter também **deveres** morais para com a comunidade natural. Entre os novos valores a cultivar estão os de **respeito** e de **cuidado** para com a comunidade biótica enquanto tal²².

Podemos ver o quanto as ideias propostas por Aldo Leopold no seu pequeno, mas influente ensaio se incompatibilizam com um modelo económico e tecnocientífico que faz da exploração dos recursos naturais o seu porta-estandarte. O grande mérito de Leopold, a quem faltava a formação filosófica para poder ir mais longe, foi o de ter aberto caminho para que outros, na sua esteira, levassem por diante as ideias por si traçadas e as problematisassem de forma mais profunda.

Algo que Hans Jonas irá fazer, ao propor um outro conceito fundamental para uma nova relação ética com a natureza: o conceito de responsabilidade.

2.2. – Hans Jonas e o *Princípio de Responsabilidade*: uma ética para a técnica e a preocupação com a sustentabilidade das gerações futuras.

Em Hans Jonas encontramos um dos mais esclarecidos contributos que a filosofia do ambiente pode fornecer aos principais problemas que marcam a sociedade contemporânea. A sua reflexão pauta-se, acima de tudo, por uma crítica profunda ao modelo civilizacional do ocidente.

Segundo ele, a ciência e a técnica modernas têm permitido uma evolução sem precedentes no desenvolvimento das mais variadas esferas da vida da espécie humana no planeta. O homem actual foi e é ainda capaz de atingir as mais surpreendentes conquistas nos mais diversos âmbitos da realidade e, dessa forma, o seu poder e a sua capacidade de intervir na mesma crescem vertiginosamente. A ciência e a técnica traduzem-se em poder e domínio, conceitos-chave que traduzem o paradigma científico da Modernidade.

Mas, na Modernidade, este poder tem o seu reverso. Se o seu exercício não for equacionado e aplicado de uma forma realista pode tornar-se destrutivo para a própria humanidade enquanto espécie. É aqui que surge a necessidade de **reavaliar os pressupostos da ética** que até agora guiou a acção humana desde a Modernidade até aos dias de hoje.

²² *Op.cit.*, p. 240.

Para Jonas, é evidente não só a necessidade, mas também a urgência de tentar procurar novos princípios éticos que reavaliem a relação do homem com a natureza. Porque dessa reavaliação poderá depender no futuro a sobrevivência da espécie humana tal como a conhecemos. É este o panorama com que se confronta a condição humana actual. Segundo o pensador alemão,

«[...] o que aqui está implicado não é só o destino do homem, mas também o conceito que dele possuímos, não apenas a sua sobrevivência física, mas também a integridade da sua essência[...]»²³.

A ciência e a técnica, pela magnitude das suas aplicações, têm a capacidade de comprometer o equilíbrio e a sustentabilidade das condições de vida no planeta. A ética erigida ao longo da Modernidade por si só torna-se **insuficiente** face aos desafios e problemas com que se debate a nossa época histórica, porque os seus princípios não contemplam algumas das esferas que a acção humana foi, entretanto, submetendo ao seu domínio e incorporando no seu horizonte vital.

Por outro lado, o ser humano, criador de um dinamismo tecnológico sem precedentes, começa a tornar-se cativo do mesmo, sendo já ele próprio presa, e não agente, dominado e já não protagonista, de um processo que não consegue controlar.

Perante possíveis cenários de catástrofe que impendem sobre o meio natural, Jonas afirma que a natureza, até agora nunca alvo de uma legislação ética, deve passar a constituir uma preocupação crescente nesse domínio e a **responsabilidade** assume contornos de **conceito ético fundamental** e prioritário na relação entre o homem e o meio natural, a bem não só da sustentabilidade das gerações futuras, mas também da sobrevivência do próprio planeta. Este ponto pode resumir-se na máxima formulada por Jonas:

«Que no futuro deva haver sempre um mundo tal – um mundo apto a que o homem o habite – e que no futuro este mundo deva ser sempre habitado por uma humanidade digna do seu nome, [...]»²⁴.

A acção humana deverá ser responsável e moderada, orientada para o futuro de uma forma racional, de modo a preservar às gerações vindouras um legado duradouro, isto é, um planeta habitável e apto a gerar as condições para a vida humana tal como sempre o conhecemos.

²³ Hans Jonas, *Principio de Responsabilidad – Ensayo de una ética para la civilización tecnológica*, p. 16

²⁴ Hans Jonas, *op.cit.* .p.38.